

ÍNDICE

Nota prévia.....	5
Plano	7
Principais siglas, acrónimos e abreviaturas	9
Introdução	11
Capítulo I. O estatuto jurídico de Cabinda examinado sob o ângulo histórico da conclusão com Portugal dos Tratados de Chinfuma (1883), Chicambo (1884) e Simulambuco (1885).....	19
Secção 1. A soberania de Portugal sobre Cabinda no período anterior à Conferência de Berlin de 1884-1885	20
§ 1. O direito intertemporal aplicável.....	20
§ 2. Os factos pertinentes: a história colonial de Cabinda.....	21
Secção 2. A aquisição de títulos territoriais no direito internacional dos séculos XV a XIX	29
Secção 3. O valor jurídico internacional dos tratados de protetorado colonial concluídos entre Portugal e os príncipes indígenas cabindenses	36
Secção 4. O valor jurídico interno dos tratados de protetorado colonial concluídos entre Portugal e os príncipes indígenas cabindenses	46
Capítulo II. O valor jurídico do Acordo de Alvor (1975) relativo à independência de Angola.....	55
Secção 1. Argumentos invocados a favor da nulidade do Acordo de Alvor.....	57
§ 1. Argumentos relativos à nulidade do Acordo de Alvor no plano internacional	58
§ 2. Argumentos relativos à nulidade do Acordo de Alvor no plano interno.....	60
Secção 2. Apreciação da validade jurídica do Acordo de Alvor de 1975.....	62

§ 1. A natureza jurídica do Acordo de Alvor concluído entre o Estado português e os movimentos de libertação nacional angolanos	62
§ 2. A questão da nulidade do Acordo de Alvor em direito internacional.....	65
§ 3. A questão da nulidade do Acordo de Alvor em direito interno	78
Capítulo III. A aplicabilidade do princípio da autodeterminação dos povos ao enclave de Cabinda.....	91
Secção 1. Apreciação dos argumentos jurídicos relativos ao alegado direito de autodeterminação de Cabinda	91
§ 1. O contexto.....	91
§ 2. A consagração progressiva do princípio da autodeterminação dos povos no direito internacional	94
§ 3. O direito à autodeterminação como norma imperativa (<i>jus cogens</i>).....	115
§ 4. O direito à autodeterminação na sua dimensão externa	121
§ 5. A secessão em direito internacional público	133
A) Situações nas quais existe um direito reconhecido à secessão	133
B) Situações nas quais não existe um direito reconhecido à secessão	135
C) Situação em África	140
§ 6. O princípio da secessão-remédio como direito à autodeterminação externa	143
A) O conceito de secessão-remédio e o seu estatuto no direito internacional contemporâneo	143
B) A questão da aplicabilidade eventual da secessão-remédio ao caso de Cabinda	156
§ 7. O direito à autodeterminação na sua dimensão interna	168
Secção 2. Apreciação dos principais argumentos políticos e sociológicos invocados para a independência de Cabinda	176
§ 1. Uma ausência de unidade territorial entre Angola e Cabinda?.....	177
§ 2. Uma população cabindense diferente no seio da população angolana?	184
§ 3. Um movimento independentista cabindense organizado e unificado?	189
§ 4. Uma viabilidade económica do enclave cabindense?	197
Conclusão.....	205
Bibliografia seleccionada.....	207
I. Obras	207
II Artigos e contribuições em obras colectivas	210
III. Jurisprudência	212
III.1. Jurisprudência internacional.....	212
III.2. Jurisprudência interna.....	213
IV. Trabalhos académicos	213
V. Documentos de organizações não governamentais, think thanks e institutos..	214

VI. Sites internet	215
VI.1. Páginas institucionais	215
VI.2. Blogues militantes	215
 Anexo I. Mapa de Cabinda	 217
 Anexo II. Tratados de Chinfuma (1883), Chicambo (1884) e Simulambuco (1885).....	 219
A) Tratado de Chinfuma de 29 de setembro de 1883.....	219
B) Tratado de Chicambo de 26 de dezembro de 1884	225
C) Tratado de Simulambuco de 1.º de fevereiro de 1885	229
1) Texto do Tratado de protetorado.....	229
2) Padrão simbolizando o Tratado de protetorado de Simulambuco	234
 Anexo III. Acordo de Alvor de 1975	 235
 Anexo IV. Suspensão do Acordo de Alvor de 1975	 247
 Anexo V. Territórios portugueses não autónomos (1945-1999).....	 251
 Anexo VI. Resoluções 1514 (XV) e 2625 (XXV) da Assembleia Geral da ONU	253
A) Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais: Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1960.....	 253
B) Declaração sobre os Princípios de Direito Internacional relativos às Relações Amigáveis e à Cooperação entre os Estados em Conformidade com a Carta das Nações Unidas: Resolução 2625 (XXV) da Assembleia Geral de 24 de outubro de 1970.....	 255
 Anexo VII. Tipos de protetorado	 269